ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO N. 121/GP/PGM/2024 Cacoal/RO, 15 de março de 2024.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência**,** o incluso Projeto de Lei que:

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, solicitamos a inclusão em pauta para deliberação e posterior aprovação do referido Projeto de Lei.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
PREFEITO

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por Adailton Antunes Ferreira (CPF ###.###.772-##),Deborah May Dumpierre (CPF ###.###.222-##), em 15/03/2024 - 13:07, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/177726. Folha 1 de 4

Excelentíssimo Senhor Presidente
VALDOMIRO CORÁ
Câmara Municipal de Cacoal/RO

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº

SENHOR PRESIDENTE

Senhores Vereadores,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

Considerando a abertura do exercício de 2024 e a necessidade em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA por meio do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e traz como corresponsabilidade do Estado, a participação no financiamento das ações de atenção básica nos municípios.

Considerando Declaração de Superávit Financeiro no valor de R$ 6.861.304,72 (seis milhões oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta e dois centavos), em conformidade com o disposto no Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64.

Considerando que a referida Declaração de Superávit Financeiro informa que na fonte 600 - SUS Federal Custeio - consta o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), valor este vinculado a conta corrente n. 624.019-0 Agência 1823, Caixa Econômica Federal, assim, faz-se necessário a inserção do valor TOTAL ao orçamento vigente buscando assegurar as atividades do Fundo Municipal de Saúde - FMS, sendo o valor vinculado à: Conta Corrente 624.019-0 - REPASSE MINISTÉRIO DA SAÚDE CUSTEIO:

- Custeio - Rec. Repasse M.S (Fonte: 2.600.0010, 2.600.0020, 2.600.0030, 2.600.0040 e 2.600.0100) - R$ 1.782.148,30.

Atenta-se que os valores que representam o montante de R$ 1.782.148,30 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), referem-se ao repasse do Ministério da Saúde, o qual foi destinado ao custeio dos serviços de saúde da manutenção da assistência farmacêutica, atendimento da vigilância em saúde, unidades básicas e especializadas, bem como incremento PAB e MAC.

Considerando a necessidade de suplementação orçamentária, será inseri ao orçamento o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão, setecentos e oitenta e d mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos) sendo nas ações: 2.21 ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB, 2.216 - ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL - BLMAC, 2.226 - ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA - BLVGS e 2.290 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - BLAFB para manutenção das atividades desenvolvidas pela Gestão do Fundo Municipal de

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por Adailton Antunes Ferreira (CPF ###.###.772-##),Deborah May Dumpierre (CPF ###.###.222-##), em 15/03/2024 - 13:07, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/177726. Folha 2 de 4

Saúde, Unidades Básicas de Saúde, Unidades Hospitalares, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por Adailton Antunes Ferreira (CPF ###.###.772-##),Deborah May Dumpierre (CPF ###.###.222-##), em 15/03/2024 - 13:07,
e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/177726. Folha 3 de 4

PROJETO DE LEI Nº 53 /PMC/2024

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente municipal um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de **R$ 1.782.148,30 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e trinta centavos).**

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
13.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
13.001.10.301.0029.2.214. ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB	
99 - 3.3.90.14.00.00 26000100 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
109 - 3.3.90.30.00.00 26000100 MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
101 - 3.3.90.32.00.00 26000100 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	400.000,00
97 - 3.3.90.39.00.00 26000010 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	460.000,00
100 - 3.3.90.39.00.00 26000100 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	200.000,00
13.001.10.302.0029.2.216. ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL - BLMAC	
103 - 3.3.90.30.00.00 26000100 MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
102 - 3.3.90.39.00.00 26000030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	82.148,30
13.001.10.303.0029.2.290. MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - BLAFB	
108 - 3.3.90.30.00.00 26000020 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
13.001.10.305.0029.2.226. ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA - BLVGS	
105 - 3.3.90.14.00.00 26000040 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
104 - 3.3.90.30.00.00 26000040 MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
106 - 3.3.90.39.00.00 26000040 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	30.000,00
107 - 3.3.90.95.00.00 26000040 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	30.000,00

Total Suplementação: R$ 1.782.148,30

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Superávit Financeiro**, em consonância com disposto no **art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 15 de março de 2024.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]
DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora-Geral do Município
OAB/RO N. 4372

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por Adailton Antunes Ferreira (CPF ###.###.772-##),Deborah May Dumpierre (CPF ###.###.222-##), em 15/03/2024 - 13:07, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/177726. Folha 4 de 4

O Prefeito Municipal de Cacoal, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

Memorando nº 102/2024

Sumula: Dispõe sobre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao Orçamento vigente conforme art. 7º, 41 e 42, da Lei 4.320/64 e art. 7º da Lei nº 5.302/PMC/2024, e Dá Outras Providências.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento municipal um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R$1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos)

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
13.001.00.000.0000.0.000.			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
13.001.10.301.0029.2.214.			ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB	
99 -	3.3.90.14.00.00	26000100	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
109 -	3.3.90.30.00.00	26000100	MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
101 -	3.3.90.32.00.00	26000100	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	400.000,00
97 -	3.3.90.39.00.00	26000010	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	460.000,00
100 -	3.3.90.39.00.00	26000100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
13.001.10.302.0029.2.216.			ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL - BLMAC	
103 -	3.3.90.30.00.00	26000100	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
102 -	3.3.90.39.00.00	26000030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	82.148,30
13.001.10.303.0029.2.290.			MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - BLAFB	
108 -	3.3.90.30.00.00	26000020	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
13.001.10.305.0029.2.226.			ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA - BLVGS	
105 -	3.3.90.14.00.00	26000040	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
104 -	3.3.90.30.00.00	26000040	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
106 -	3.3.90.39.00.00	26000040	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
107 -	3.3.90.95.00.00	26000040	INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	30.000,00

Total Suplementação: R$ 1.782.148,30

Artigo 2º - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Superávit Financeiro**, em consonância com disposto no **art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64.**

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS (CPF ###.###.208-##), em 14/03/2024 - 10:56, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176988. Folha 1 de 4

Artigo 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cacoal , Estado de Rondônia, em 14/03/2024.

DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS
Secretário Municipal de Planejamento

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS (CPF ###.###.208-##), em 14/03/2024 - 10:56, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176988. Folha 2 de 4

Memorando nº 102/2024

Sumula: Dispõe sobre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao Orçamento vigente conforme art. 7º, 41 e 42, da Lei 4.320/64 e art. 7º da Lei nº 5.302/PMC/2024, e Dá Outras Providências.

JUSTIFICATIVA

Considerando a abertura do exercício de 2024 e a necessidade em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA por meio do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e traz como corresponsabilidade do Estado, a participação no financiamento das ações de atenção básica nos municípios.

Considerando Declaração de Superávit Financeiro no valor de R$ 6.861.304,72 (seis milhões oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta e dois centavos), em conformidade com o disposto no Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64.

Considerando que a referida Declaração de Superávit Financeiro informa que na fonte 600 - SUS Federal Custeio - consta o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), valor este vinculado a conta corrente n. 624.019-0 Agência 1823, Caixa Econômica Federal, assim, faz-se necessário a inserção do valor TOTAL ao orçamento vigente buscando assegurar as atividades do Fundo Municipal de Saúde - FMS, sendo o valor vinculado à:

Conta Corrente 624.019-0 - REPASSE MINISTÉRIO DA SAÚDE CUSTEIO:

- Custeio - Rec. Repasse M.S (Fonte: 2.600.0010, 2.600.0020, 2.600.0030, 2.600.0040 e 2.600.0100) - R$ 1.782.148,30

Atenta-se que os valores que representam o montante de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), referem-se ao repasse do Ministério da Saúde, o qual foi destinado ao custeio dos serviços de saúde da manutenção da assistência farmacêutica, atendimento da vigilância em saúde, unidades básicas e especializadas, bem como incremento PAB e MAC.

Considerando a necessidade de suplementação orçamentária, será inserido ao orçamento o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos) sendo nas ações: 2.214 - ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB, 2.216 - ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL - BLMAC, 2.226 - ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA - BLVGS e 2.290 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - BLAFB para manutenção das atividades desenvolvidas pela Gestão do Fundo Municipal de Saúde, Unidades Básicas de Saúde, Unidades Hospitalares, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica;

Diante dos fatos acima expostos, solicitamos a gentileza em providenciar Projeto de Lei para abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ao orçamento vigente, conforme art. 42 e 43, da Lei 4.320/64, art. 7º e 8º, § 2º da Lei nº. 5.302/PMC/2024 (Lei Orçamentária Anual), e art. 8º da Lei nº. 5.301/PMC/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), no valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), para atender ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS (CPF ###.###.208-##), em 14/03/2024 - 10:56, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176988. Folha 3 de 4

Atenciosamente

DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS
Secretário Municipal de Planejamento

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS (CPF ###.###.208-##), em 14/03/2024 - 10:56, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176988. Folha 4 de 4

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA (CPF ###.###.222-##),DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA (CPF ###.###.062-##), em 13/03/2024 - 13:08, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176631. Folha 1 de 4

MEMOR: **027/GAB-FMS/SEMUSA/2024**
DATA: **11/03/2024**
DA: **SEMUSA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
PARA: **SEMPLAN - COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**
ASSUNTO: **SOLICITAÇÃOCRÉDITO ADICIONAL – SUPERÁVIT FINANCEIRO**

JUSTIFICATIVA:

Considerando a abertura do exercício de 2024 e a necessidade em dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA por meio do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e traz como corresponsabilidade do Estado, a participação no financiamento das ações de atenção básica nos municípios.

Considerando Declaração de Superávit Financeiro no valor de R$ 6.861.304,72 (seis milhões oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta e dois centavos).

Considerando que a referida Declaração de Superávit Financeiro informa que na fonte 600 - SUS Federal Custeio - consta o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil sento e quarenta e oito reais e trinta centavos), valor este vinculado a conta corrente n. 624.019-0 Agência 1823, Caixa Econômica Federal, assim, faz-se necessário a inserção do valor **PARCIAL** ao orçamento vigente buscando assegurar as atividades do Fundo Municipal de Saúde – FMS, sendo o valor vinculado à:

Conta Corrente 624.019-0 – REPASSE MINISTÉRIO DA SAÚDE CUSTEIO

- Custeio – Rec. Repasse M.S (Fonte: 2.600.0010, 2.600.0020, 2.600.0030, 2.600.0040 e 2.600.0100) – R$ 1.782.148,30

Atenta-se que os valores que representam o montante de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), referem-se ao repasse do Ministério da Saúde, o qual foi destinado ao custeio dos serviços de saúde da manutenção da

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA (CPF ###.###.222-##),DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA (CPF ###.###.062-##), em 13/03/2024 - 13:08, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176631. Folha 2 de 4

assistência farmacêutica, atendimento da vigilância em saúde, unidades básicas e especializadas, bem como incremento PAB e MAC.

Considerando o Superávit efetivamente autorizado na Tabela (anexo), o Fundo Municipal de Saúde – FMS poderá distribuir o montante de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), contido na fonte 2.600.0000 (MS) da forma que melhor atender as suas necessidades, assim os valores serão vinculados conforme quadro abaixo.

Considerando a necessidade de suplementação orçamentária, será inserido ao orçamento o valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos) sendo nas ações: 2.214 – ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB, 2.216 – ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL – BLMAC, 2.226 – ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA – BLVGS e 2.290 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - BLAFB para manutenção das atividades desenvolvidas pela Gestão do Fundo Municipal de Saúde, Unidades Básicas de Saúde, Unidades Hospitalares, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica;

Diante dos fatos acima expostos, solicitamos a gentileza em providenciar **Projeto de Lei** para abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ao orçamento vigente**,** conforme art. 42 e 43, da Lei 4.320/64, art. 7º e 8º, § 2º da Lei nº. 5.302/PMC/2024 (Lei Orçamentária Anual), e art. 8º da Lei nº. 5.301/PMC/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), no valor de R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos), para atender ao Fundo Municipal de Saúde – FMS, conforme descrito abaixo:

A				**B**			
A CRIAR				**A REDUZIR/VINCULAR**			
Ficha	*Cód.*	*Especificação*	*Valor (R$)*	*Ficha*	*Cód.*	*Especificação*	*Valor (R$)*
13.001 10.301.0029.2.214		**ATENDIMENTO A REDE BÁSICA DE SAÚDE - BLATB**		Para Cobertura do referido crédito será utilizado recurso proveniente de **Superávit Financeiro** apurado no exercício de 2023, no valor de **R$ 1.782.148,30 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos)** vinculado a C/C n. 624.019-0 Agência			
2.600.0010		**SUS Federal – Custeio – Atenção Básica – Exercícios Anteriores**					
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$460.000,00				

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA (CPF ###.###.222-##),DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA (CPF ###.###.062-##), em 13/03/2024 - 13:08, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176631. Folha 3 de 4

2.600.0100		**SUS Federal – Custeio – Transf. Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais**		1823 - Caixa Econômica Federal. Em conformidade com o disposto no Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei 4.320/64.
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$ 140.000,00	
	3.3.90.14.00	Diárias-Pessoal Civil	R$ 20.000,00	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$200.000,00	
	3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 400.000,00	
13.001 10.302.0029.2.216		**ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL - BLMAC**		
2.600.0030		**SUS Federal – Custeio – Média e Alta Complexidade – Exercícios Anteriores**		
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ 82.148,30	
2.600.0100		**SUS Federal – Custeio – Transf. Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais**		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$300.000,00	
13.001 10.305.0029.2.226		**ATENDIMENTO VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA – BLVGS**		
2.600.0040		**SUS Federal – Custeio – Vigilância em Saúde – Exercícios Anteriores**		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$ 50.000,00	
	3.3.90.14.00	Diárias-Pessoal Civil	R$ 20.000,00	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00	
	3.3.90.95.00	Indenização Pela Execução de Trabalho de Campo	R$ 30.000,00	
13.001 10.303.0029.2.290		**MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA– BLAFB**		
2.600.0020		**SUS Federal – Custeio – Assistência Farmacêutica – Exercícios Anteriores**		
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	R$ 50.000,00	
TOTAL				**R$ 1.782.148,30**

Para cobertura do referido crédito será utilizado recursos provenientes de Superávit Financeiro conforme especificado na coluna B, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64.

Atenciosamente,

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n. 9.224/PMC/2023

Prefeitura de Cacoal
Este documento foi assinado digitalmente por SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA (CPF ###.###.222-##),DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA (CPF ###.###.062-##), em 13/03/2024 - 13:08, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: https://signpmcacoal.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/176631. Folha 4 de 4

SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA
Gestora do FMS
Decreto n. 8.818/PMC/2022

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Mensagem de veto

Regulamento
Regulamento

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Vide Lei 14.758, de 2023 Vigência

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **Congresso Nacional** decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

~~Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.~~

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

TÍTULO II

DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos e Atribuições

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

a) de vigilância sanitária;

b) de vigilância epidemiológica;

~~c) de saúde do trabalhador; e~~

c) de saúde do trabalhador; (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

e) de saúde bucal; (Incluída pela Lei nº 14.572, de 2023)

II - a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico;

III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - a vigilância nutricional e a orientação alimentar;

V - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

VI - a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;

VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano;

IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

X - o incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;

XI - a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.

XII – a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações. (Incluído pela Lei nº 14.715, de 2023)

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 2º Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

§ 4º Entende-se por saúde bucal o conjunto articulado de ações, em todos os níveis de complexidade, que visem a garantir promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica, individual e coletiva, inseridas no contexto da integralidade da atenção à saúde. (Incluído pela Lei nº 14.572, de 2023)

§ 5º Entende-se por assistência toxicológica, a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, o conjunto de ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento das intoxicações agudas e crônicas decorrentes da exposição a substâncias químicas, medicamentos e toxinas de animais peçonhentos e de plantas tóxicas. (Incluído pela Lei nº 14.715, de 2023)

Art. 6ºA. As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, com atualização quinzenal, de forma acessível ao cidadão comum. (Incluído pela Lei nº 14.654, de 2023) Vigência

CAPÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

VIII - participação da comunidade;

IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;

XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e

XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

XIV – organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas

reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. (Redação dada pela Lei nº 13.427, de 2017)

XV – proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 14.679, de 2023)

CAPÍTULO III

Da Organização, da Direção e da Gestão

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o inciso I do art. 198 da Constituição Federal, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

I - no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;

II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

Art. 10. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.

§ 1º Aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.

§ 2º No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.

Parágrafo único. As comissões intersetoriais terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 13. A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades:

I - alimentação e nutrição;

II - saneamento e meio ambiente;

III - vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;

IV - recursos humanos;

V - ciência e tecnologia; e

VI - saúde do trabalhador.

Art. 14. Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.

Parágrafo único. Cada uma dessas comissões terá por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições.

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo: (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde; (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

II - definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados; (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

III - fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados. (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

Art. 14-B. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

§ 1º O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União. (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

§ 2º Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos. (Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011).

CAPÍTULO IV

Da Competência e das Atribuições

Seção I

Das Atribuições Comuns

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

I - definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;

II - administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde;

III - acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;

IV - organização e coordenação do sistema de informação de saúde;

V - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde;

VI - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;

VII - participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente;

VIII - elaboração e atualização periódica do plano de saúde;

IX - participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

X - elaboração da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde (SUS), de conformidade com o plano de saúde;

XI - elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública;

XII - realização de operações externas de natureza financeira de interesse da saúde, autorizadas pelo Senado Federal;

XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização; (Vide ADIN 3454)

XIV - implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XV - propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente;

XVI - elaborar normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde;

XVII - promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil para a definição e controle dos padrões éticos para pesquisa, ações e serviços de saúde;

XVIII - promover a articulação da política e dos planos de saúde;

XIX - realizar pesquisas e estudos na área de saúde;

XX - definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária;

XXI - fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial.

Seção II

Da Competência

~~Art. 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:~~

Art. 16. À direção nacional do SUS compete: (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

I - formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;

II - participar na formulação e na implementação das políticas:

a) de controle das agressões ao meio ambiente;

b) de saneamento básico; e

c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho;

III - definir e coordenar os sistemas:

a) de redes integradas de assistência de alta complexidade;

b) de rede de laboratórios de saúde pública;

c) de vigilância epidemiológica; e

d) vigilância sanitária;

IV - participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

V - participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador;

VI - coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;

VII - estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VIII - estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

IX - promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

X - formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

XI - identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;

XII - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

XIII - prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

XIV - elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde;

XV - promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal;

XVI - normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XVII - acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais;

XVIII - elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal;

XIX - estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal. (Vide Decreto nº 1.651, de 1995)

XX - definir as diretrizes e as normas para a estruturação física e organizacional dos serviços de saúde bucal. (Incluído pela Lei nº 14.572, de 2023)

~~Parágrafo único. A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.~~

§ 1º A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 14.141, de 2021)

§ 2º Em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, poderá ser adotado procedimento simplificado para a remessa de patrimônio genético ao exterior, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 14.141, de 2021)

§ 3º Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de que trata o § 2º deste artigo serão repartidos nos termos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. (Incluído pela Lei nº 14.141, de 2021)

Art. 17. À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

I - promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde;.

II - acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS);

III - prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;

IV - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) de vigilância sanitária;

~~c) de alimentação e nutrição; e~~

c) de alimentação e nutrição; (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

d) de saúde do trabalhador;

e) de saúde bucal; (Incluída pela Lei nº 14.572, de 2023)

V - participar, junto com os órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana;

VI - participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico;

VII - participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho;

VIII - em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;

X - coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa;

XI - estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde;

XII - formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano;

XIII - colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

XIV - o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.

~~Art. 18. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:~~

Art. 18. À direção municipal do SUS compete: (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

~~d) de saneamento básico; e~~

d) de saneamento básico; (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

e) de saúde do trabalhador;

f) de saúde bucal; (Incluída pela Lei nº 14.572, de 2023)

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;

XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.

Art. 19. Ao Distrito Federal competem as atribuições reservadas aos Estados e aos Municípios.

CAPÍTULO V

Do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
(Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-A. As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-B. É instituído um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde – SUS, criado e definido por esta Lei, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, com o qual funcionará em perfeita integração. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-C. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-D. O SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-E. Os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

§ 1º A União instituirá mecanismo de financiamento específico para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sempre que houver necessidade de atenção secundária e terciária fora dos territórios indígenas. (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

§ 2º Em situações emergenciais e de calamidade pública: (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

I - a União deverá assegurar aporte adicional de recursos não previstos nos planos de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

II - deverá ser garantida a inclusão dos povos indígenas nos planos emergenciais para atendimento dos pacientes graves das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, explicitados os fluxos e as referências para o atendimento em tempo oportuno. (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

Art. 19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-G. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

§ 1º O Subsistema de que trata o *caput* deste artigo terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

§ 1º-A. A rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde. (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

§ 1º-B. A União deverá integrar os sistemas de informação da rede do SUS com os dados do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. (Incluído pela Lei nº 14.021, de 2020)

§ 2º O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

§ 3º As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

Art. 19-H. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso. (Incluído pela Lei nº 9.836, de 1999)

CAPÍTULO VI

DO SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR
(Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)

Art. 19-I. São estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento domiciliar e a internação domiciliar. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)

§ 1º Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)

§ 2º O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)

§ 3º O atendimento e a internação domiciliares só poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família. (Incluído pela Lei nº 10.424, de 2002)

~~CAPÍTULO VII~~
~~DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DURANTE O TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO~~
~~(Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)~~

CAPÍTULO VII
(Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)
DO SUBSISTEMA DE ACOMPANHAMENTO À MULHER NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

~~Art. 19-J. Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)~~

Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)

~~§ 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)~~

§ 1º O acompanhante de que trata o **caput** deste artigo será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)

~~§ 2º As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)~~

§ 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)

§ 2º-A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)

~~§ 3º Ficam os hospitais de todo o País obrigados a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito estabelecido no **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.895, de 2013)~~

§ 3º As unidades de saúde de todo o País ficam obrigadas a manter, em local visível de suas dependências, aviso que informe sobre o direito estabelecido neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 14.737, de 2023)

§ 4º No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)

§ 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido. (Incluído pela Lei nº 14.737, de 2023)

Art. 19-L. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

CAPÍTULO VIII
(Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE”

Art. 19-M. A assistência terapêutica integral a que se refere a alínea *d* do inciso I do art. 6º consiste em: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde a ser tratado ou, na falta do protocolo, em conformidade com o disposto no art. 19-P; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

Art. 19-N. Para os efeitos do disposto no art. 19-M, são adotadas as seguintes definições: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - produtos de interesse para a saúde: órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - protocolo clínico e diretriz terapêutica: documento que estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-O. Os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas deverão estabelecer os medicamentos ou produtos necessários nas diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que tratam, bem como aqueles indicados em casos de perda de eficácia e de surgimento de intolerância ou reação adversa relevante, provocadas pelo medicamento, produto ou procedimento de primeira escolha. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Parágrafo único. Em qualquer caso, os medicamentos ou produtos de que trata o caput deste artigo serão aqueles avaliados quanto à sua eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade para as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde de que trata o protocolo. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-P. Na falta de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, a dispensação será realizada: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas nesta Lei, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores estaduais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Bipartite; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

III - no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal de Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

~~§ 1º A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina.~~ (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

§ 1º A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde, de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pela Associação Médica Brasileira. (Redação dada pela Lei nº 14.655, de 2023)

§ 2º O relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, necessariamente: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

§ 3º As metodologias empregadas na avaliação econômica a que se refere o inciso II do § 2º deste artigo serão dispostas em regulamento e amplamente divulgadas, inclusive em relação aos indicadores e parâmetros de custo-

efetividade utilizados em combinação com outros critérios. (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

Art. 19-R. A incorporação, a exclusão e a alteração a que se refere o art. 19-Q serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por 90 (noventa) dias corridos, quando as circunstâncias exigirem. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

§ 1º O processo de que trata o caput deste artigo observará, no que couber, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e as seguintes determinações especiais: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - apresentação pelo interessado dos documentos e, se cabível, das amostras de produtos, na forma do regulamento, com informações necessárias para o atendimento do disposto no § 2º do art. 19-Q; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

III - realização de consulta pública que inclua a divulgação do parecer emitido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

IV - realização de audiência pública, antes da tomada de decisão, se a relevância da matéria justificar o evento. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

V - distribuição aleatória, respeitadas a especialização e a competência técnica requeridas para a análise da matéria; (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

VI - publicidade dos atos processuais. (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

§ 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-S. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Art. 19-T. São vedados, em todas as esferas de gestão do SUS: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo: (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

I - medicamento e produto em que a indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro na Anvisa, desde que seu uso tenha sido recomendado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), demonstradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança, e esteja padronizado em protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde; (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

II - medicamento e produto recomendados pela Conitec e adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública do Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. (Incluído pela Lei nº 14.313, de 2022)

Art. 19-U. A responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

TÍTULO III

DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÙDE

CAPÍTULO I

Do Funcionamento

Art. 20. Os serviços privados de assistência à saúde caracterizam-se pela atuação, por iniciativa própria, de profissionais liberais, legalmente habilitados, e de pessoas jurídicas de direito privado na promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 21. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Art. 22. Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento.

~~Art. 23. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.~~

~~§ 1° Em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.~~

~~§ 2° Excetuam-se do disposto neste artigo os serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social.~~

Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos: (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

I - doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos; (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

II - pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar: (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

a) hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada; e (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

b) ações e pesquisas de planejamento familiar; (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

III - serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social; e (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

IV - demais casos previstos em legislação específica. (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

CAPÍTULO II

Da Participação Complementar

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

Art. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

§ 1° Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados.

§ 2° Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

§ 3° (Vetado).

§ 4° Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 5º Os valores a que se refere o **caput** deste artigo, para o conjunto das remunerações dos serviços de saúde, serão definidos no mês de dezembro de cada ano, por meio de ato do Ministério da Saúde, devendo-se buscar a garantia da qualidade do atendimento, o equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços e a preservação do valor real destinado à remuneração de serviços, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. (Incluído pela Lei nº 14.820, de 2024)

TÍTULO III-A
(Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

DA TELESSAÚDE

Art. 26-A. A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal e obedecerá aos seguintes princípios:

(Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

I - autonomia do profissional de saúde; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

II - consentimento livre e informado do paciente;

III - direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

IV - dignidade e valorização do profissional de saúde; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

V - assistência segura e com qualidade ao paciente; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

VI - confidencialidade dos dados; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

VII - promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

VIII - estrita observância das atribuições legais de cada profissão; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

IX - responsabilidade digital. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-B. Para fins desta Lei, considera-se telessaúde a modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Parágrafo único. Os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade em todo o território nacional. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-C. Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da telessaúde, inclusive com relação à primeira consulta, atendimento ou procedimento, e poderá indicar a utilização de atendimento presencial ou optar por ele, sempre que entender necessário. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-D. Compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços previstos neste Título, aplicando-se os padrões normativos adotados para as modalidades de atendimento presencial, no que não colidirem com os preceitos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-E. Na prestação de serviços por telessaúde, serão observadas as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento, observada a competência dos demais órgãos reguladores. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-F. O ato normativo que pretenda restringir a prestação de serviço de telessaúde deverá demonstrar a imprescindibilidade da medida para que sejam evitados danos à saúde dos pacientes. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-G. A prática da telessaúde deve seguir as seguintes determinações: (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

I - ser realizada por consentimento livre e esclarecido do paciente, ou de seu representante legal, e sob responsabilidade do profissional de saúde; (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

II - prestar obediência aos ditames das Leis nºs 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), 12.842, de 10 de julho de 2013 (Lei do Ato Médico), 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e, nas hipóteses cabíveis, aos ditames da Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018 (Lei do Prontuário Eletrônico). (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

Art. 26-H. É dispensada a inscrição secundária ou complementar do profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição exclusivamente por meio da modalidade telessaúde. (Incluído pela Lei nº 14.510, de 2022)

TÍTULO IV

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 27. A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos:

I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal;

II - (Vetado)

III - (Vetado)

IV - valorização da dedicação exclusiva aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.

Art. 28. Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidas em regime de tempo integral.

§ 1° Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2° O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos servidores em regime de tempo integral, com exceção dos ocupantes de cargos ou função de chefia, direção ou assessoramento.

Art. 29. (Vetado).

Art. 30. As especializações na forma de treinamento em serviço sob supervisão serão regulamentadas por Comissão Nacional, instituída de acordo com o art. 12 desta Lei, garantida a participação das entidades profissionais correspondentes.

TÍTULO V

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

Dos Recursos

Art. 31. O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS) de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 32. São considerados de outras fontes os recursos provenientes de:

I - (Vetado)

II - Serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde;

III - ajuda, contribuições, doações e donativos;

IV - alienações patrimoniais e rendimentos de capital;

V - taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

VI - rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais.

§ 1° Ao Sistema Único de Saúde (SUS) caberá metade da receita de que trata o inciso I deste artigo, apurada mensalmente, a qual será destinada à recuperação de viciados.

§ 2° As receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão creditadas diretamente em contas especiais, movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas.

§ 3º As ações de saneamento que venham a ser executadas supletivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

§ 4º (Vetado).

§ 5º As atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde serão co-financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelas universidades e pelo orçamento fiscal, além de recursos de instituições de fomento e financiamento ou de origem externa e receita própria das instituições executoras.

§ 6º (Vetado).

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 33. Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde.

§ 1º Na esfera federal, os recursos financeiros, originários do Orçamento da Seguridade Social, de outros Orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º O Ministério da Saúde acompanhará, através de seu sistema de auditoria, a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios. Constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Ministério da Saúde aplicar as medidas previstas em lei.

Art. 34. As autoridades responsáveis pela distribuição da receita efetivamente arrecadada transferirão automaticamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), observado o critério do parágrafo único deste artigo, os recursos financeiros correspondentes às dotações consignadas no Orçamento da Seguridade Social, a projetos e atividades a serem executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. Na distribuição dos recursos financeiros da Seguridade Social será observada a mesma proporção da despesa prevista de cada área, no Orçamento da Seguridade Social.

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

I - perfil demográfico da região;

II - perfil epidemiológico da população a ser coberta;

III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;

V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;

VI - previsão do plano qüinqüenal de investimentos da rede;

VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

~~§ 1º Metade dos recursos destinados a Estados e Municípios será distribuída segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 141, de 2012) (Vide Lei nº 8.142, de 1990)

§ 2º Nos casos de Estados e Municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados nesta lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional, em especial o número de eleitores registrados.

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

§ 5º (Vetado).

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não prejudica a atuação dos órgãos de controle interno e externo e nem a aplicação de penalidades previstas em lei, em caso de irregularidades verificadas na gestão dos recursos transferidos.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 36. O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será ascendente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

§ 1º Os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

§ 2º É vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.

Art. 37. O Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.

Art. 38. Não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. (Vetado).

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

§ 5º A cessão de uso dos imóveis de propriedade do Inamps para órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) será feita de modo a preservá-los como patrimônio da Seguridade Social.

§ 6º Os imóveis de que trata o parágrafo anterior serão inventariados com todos os seus acessórios, equipamentos e outros bens móveis e ficarão disponíveis para utilização pelo órgão de direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS ou, eventualmente, pelo estadual, em cuja circunscrição administrativa se encontrem, mediante simples termo de recebimento.

§ 7º (Vetado).

§ 8º O acesso aos serviços de informática e bases de dados, mantidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, será assegurado às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde ou órgãos congêneres, como suporte ao processo de gestão, de forma a permitir a gerencia informatizada das contas e a disseminação de estatísticas sanitárias e epidemiológicas médico-hospitalares.

Art. 40. (Vetado)

Art. 41. As ações desenvolvidas pela Fundação das Pioneiras Sociais e pelo Instituto Nacional do Câncer, supervisionadas pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), permanecerão como referencial de prestação de serviços, formação de recursos humanos e para transferência de tecnologia.

Art. 42. (Vetado).

Art. 43. A gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos contratados, ressalvando-se as cláusulas dos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.

Art. 44. (Vetado).

Art. 45. Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.

§ 1º Os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social deverão integrar-se à direção correspondente do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.

§ 2º Em tempo de paz e havendo interesse recíproco, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme se dispuser em convênio que, para esse fim, for firmado.

Art. 46. o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecerá mecanismos de incentivos à participação do setor privado no investimento em ciência e tecnologia e estimulará a transferência de tecnologia das universidades e institutos de pesquisa aos serviços de saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e às empresas nacionais.

Art. 47. O Ministério da Saúde, em articulação com os níveis estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), organizará, no prazo de dois anos, um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.

Art. 48. (Vetado).

Art. 49. (Vetado).

Art. 50. Os convênios entre a União, os Estados e os Municípios, celebrados para implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde, ficarão rescindidos à proporção que seu objeto for sendo absorvido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 51. (Vetado).

Art. 52. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas (Código Penal, art. 315) a utilização de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 53. (Vetado).

Art. 53-A. Na qualidade de ações e serviços de saúde, as atividades de apoio à assistência à saúde são aquelas desenvolvidas pelos laboratórios de genética humana, produção e fornecimento de medicamentos e produtos para saúde, laboratórios de analises clínicas, anatomia patológica e de diagnóstico por imagem e são livres à participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros. (Incluído pela Lei nº 13.097, de 2015)

Art. 54. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55. São revogadas a Lei nº. 2.312, de 3 de setembro de 1954, a Lei nº. 6.229, de 17 de julho de 1975, e demais disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Alceni Guerra

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.9.1990

*

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28

NOTA DE EMPENHO

Nº do Empenho: 462 / 2024 **Global** **Data:** 16/02/2024 **2** **Página** 1 / 1

Credor: 111664 - CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI LTDA
Endereço: Comercial: RUA PIONEIRO LAURO ANGELO BIANCHINI, 1067 - - C.E.P. 76960433 - CACOAL - RO
C.N.P.J.: 41.947.390/0001-99 **Insc. Est.:** 05994713

Orgão: 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 13.001. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Prog. Trabalho: 10.122.0029.2.232. ATENDIMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES
Elemento Desp.: 4.4.9.0.52.00.00. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Reduzido: 19 **F. de Recurso:** 15000200 Recursos de Impostos - ASPS 15% - Exercício Corre
Desdobramento: 12 00 APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS 15000200

Processo.....: 21095/2023
Tipo de Licitação: Pregão
Nº Licitação.....: 153/2023
Origem de Recursos: 1
Demais Gastos

Dotação Inicial	Saldo Anterior	Valor	Saldo Atual
30.000,00	30.000,00	3.850,00	26.150,00

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	1,00	UND	REFRIGERADOR DOMÉSTICO CAPACIDADE: 410 L TIPO: VERTICAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLEX, FROST FREE E DEGELO AUTOMÁTICO, FILTRO ANTIODOR. VOLTAGEM: 110/220 V CAPACIDADE DO REFRIGERADOR: 311L CAPACIDADE DO FREEZER: 99L PORTA-OVOS PRATELEIRA DE VIDRO, PRATELEIRAS FLEX E GAVETA DE HORTALIÇAS. DIMENSÕES: ALTURA :173,9CM, LARGURA: 69,5CM, PROFUNDIDADE: 71,9 COM PESO: 71KG. COR: BRANCA.	CONSUL / CRM50	3.850,00	3.850,00

Histórico NAD:

A quantidade solicitacada e para atender o Conselho Municipal de Saude de Cacoal , por um periodo inderteminado por se tratar de equipamentos permanente, conforme a justificativa em anexo.

Considerando o Processo Administrativo 21095/2023 o saldo da Ata de Registro de Preços 35/2024 .
Saldo Orçamentário do Reduzido 19.
Solicitação de Despesa 442/2024
No Valor de R$ 3.850,00

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE REFRIGERADOR COAPACIDADE 410 LTS - NAD 472/2024

ORDENAÇÃO DE DESPESA

SARA LOPES DA SILVA ROCHA LIMA GESTORA FMS	DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA Secretário Municipal de Saúde
EMPENHADO POR:	
LUIS FERNANDO MESSIAS	

Memorando nº 005/Contadoria/2024 Cacoal, 19 de fevereiro de 2024.

Da: Contadoria
Para: SEMUSA
Assunto: Superávit Financeiro

Em atendimento à solicitação efetuada através do memorando nº. 005/GAB - FMS/SEMUSA/2024, e considerando a urgência sobre o prazo na aplicação dos recursos financeiros, informamos que de acordo com análise nos registros e ou peças contábeis, constatamos que existe **SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de R$ 6.861.304,72(seis milhões oitocentos e sessenta e um mil trezentos e quatro reais e setenta e dois centavos), no entanto o Balanço Patrimonial Consolidado do Município está em fase de elaboração e não está concluído. A metodologia utilizada na referida apuração está prevista no parágrafo 2º., art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do artigo 8º combinado com o artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme informações abaixo:

ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO		SALDO
Fonte de Recursos	Valor do Ativo Financeiro conforme Quadro Balanço Patrimonial	Restos a Pagar Processados – Anexo TC 10 A	Restos a Pagar Não Processados – Anexo TC 10 B	Superávit Financeiro
600	R$ 4.451.728,55	R$ 313.742,29	R$ 2.355.837,96	R$ 1.782.148,30
601	R$ 3.333.032,88	R$ 1.277,00	R$ 621.243,76	R$ 2.710.512,12
603	R$ 275.609,13	R$ 0,00	R$ 14.940,00	R$ 260.669,13
621	R$ 2.245.006,89	R$ 3.645,71	R$ 876.570,36	R$ 1.364.790,82
632	R$ 2.475.024,37	R$ 0,00	R$ 2.019.000,00	R$ 456.024,37
659	R$ 292.777,11	R$ 4.300,00	R$ 1.317,13	R$ 287.159,98
Total	R$ 13.073.178,93	R$ 322.965,00	R$ 5.888,909,21	R$ 6.861.304,72

* Informamos que conforme quadro da DDR do balanço patrimonial do exercício de 2023 o valor demonstrado na fonte 601 é de R$ 2.986.121,25, no entanto , após análise detalhadas para do superavit dos recursos vinculados à fonte 603 (enfrentamento do COVID-19) constatou-se que os recursos no valor de R$ 275.609,13 equivocadamente na fonte 601. Diante do ocorrido refizemos a informação retificando os valores devidos para as fontes 601 e 603, haja visto que não é possivel corrigir tais informações no exercício de 2023.
Segue em anexo o Demonstrativo de Saldos Bancários em 31/12/2023 e Relação de Restos a Pagar e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar. Oportuno frisar que

o Balanço Patrimonial Consolidado do Município está em fase de elaboração e não está concluído.

Atenciosamente,

Leandro Brandão de Moura
Contador

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL
Estado de Rondônia
BALANÇO PATRIMONIAL
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2023 PERÍODO: 1 a 12 DATA EMISSÃO: 30/01/2024

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**16.001.665,53**	**12.450.537,26**
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.892.998,02	12.321.547,62
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	108.667,51	128.989,64
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**32.152.711,08**	**29.848.279,99**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	32.152.711,08	29.848.279,99
Bens Móveis	15.101.294,97	12.264.895,60
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.010.325,62	-3.970.811,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	22.061.741,73	21.554.195,83
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL	**48.154.376,61**	**42.298.817,25**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	**1.323.280,03**	**1.407.070,08**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	664.197,49	596.322,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	390.998,38	618.304,58
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	268.084,16	192.443,01
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**1.323.280,03**	**1.407.070,08**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reserva de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	46.831.096,58	40.891.747,17
Resultado do Exercício	5.939.349,41	-4.956.093,40
Resultados de Exercícios Anteriores	40.891.747,17	45.847.840,57
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**46.831.096,58**	**40.891.747,17**
TOTAL	**48.154.376,61**	**42.298.817,25**

ATIVO FINANCEIRO	15.892.998,02	12.321.547,62	PASSIVO FINANCEIRO	9.461.340,23	4.721.110,52
ATIVO PERMANENTE	32.261.378,59	29.977.269,63	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**38.693.036,38**	**37.577.706,73**

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL
Estado de Rondônia
BALANÇO PATRIMONIAL
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2023 PERÍODO: 1 a 12 DATA EMISSÃO: 30/01/2024

Compensações

ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	-133.281,22	662.679,47
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	1.782.148,30	2.868.866,91
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	3.091.227,88	4.661.460,95
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	-14.940,00	0,00
604 - Transferências Provenientes do Governo Federal Destinadas ao Vencimento dos Agentes Comunitári	0,00	0,00
605 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais pa	515.957,54	0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual	1.364.790,82	-606.191,92
631 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	-917.429,88	-166.830,11
632 - Transferências do Estado Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Saúde	456.024,37	813.974,05
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	287.159,98	-633.522,25
TOTAL	6.431.657,79	7.600.437,10

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

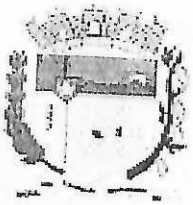
Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 A

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A	9876/2023	1280/2023	16000010	0,02
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	1701/2023	16000040	900,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	2929/2023	16000100	1.400,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	2930/2023	16000100	2.400,00
21.040.181/0001-50	S. B. SANTOS TURISMO EIRELI	7145/2023	4315/2023	16000100	16.072,50
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4923/2023	16000100	7.245,00
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4924/2023	16000040	8.321,07
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4925/2023	16000100	51.811,66
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	5053/2023	16000100	15.000,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	5054/2023	16000100	35.000,00
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230340508/2023	5173/2023	16000040	4.872,31
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230340531/2023	5181/2023	16000040	18.453,45
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230340536/2023	5186/2023	16000040	1.218,20
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	23051/2023	5229/2023	16000010	59.795,54
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230510518/2023	5242/2023	16000010	22.970,96
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230510519/2023	5247/2023	16000010	6.367,87
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230510522/2023	5259/2023	16000010	8.570,50
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	2305112/2023	5271/2023	16000010	40.790,60
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	230510528/2023	5279/2023	16000010	6.067,39
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	2305112/2023	5283/2023	16000010	3.640,75
29.979.036/0012-01	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS	2334412/2023	5379/2023	16000040	2.625,46
		232950527/2023	5383/2023	16000010	219,01
		TOTAL ORGÃO:			313.742,29
		TOTAL GERAL:			313.742,29

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.



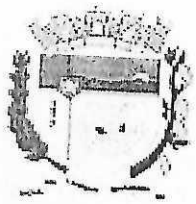
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	27/2023	16000030	183,14
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	28/2023	16000030	135,76
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	29/2023	16000040	604,97
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	39/2023	16000040	5.454,39
15.375.383/0001-50	R.M. NOTARIO DISTRIBUIDORA DE AGUA & GAS EIRELI - EPP	10436/2023	516/2023	16000040	148,00
02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A	9876/2023	1280/2023	16000010	5.395,53
76.535.764/0001-43	OI S A	9878/2023	1779/2023	26000050	274,96
76.535.764/0001-43	OI S A	9878/2023	1782/2023	16000040	530,67
02.475.985/0001-37	COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	9248/2022	2987/2023	16000100	1.523,01
22.827.430/0001-14	LABENDZ E BORGES LTDA	14595/2023	3289/2023	16000100	80.291,65
21.331.404/0001-38	ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	20068/2023	3770/2023	16000100	7.086,42
19.813.206/0001-69	EZEQUIAS MUNIZ LOIOLA EIRELI	17062/2023	3793/2023	16000100	17.763,78
00.941.837/0001-35	J BASILIO COMERCIO DE GASES EIRELI	19240/2023	3801/2023	16000100	23.028,00
07.278.947/0001-08	C. R. DO CARMO & CIA LTDA - ME.	18970/2023	3803/2023	16000100	42.716,20
00.941.837/0001-35	J BASILIO COMERCIO DE GASES EIRELI	19240/2023	3835/2023	16000100	1.886,88
34.351.642/0001-57	ALPHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	8312/2022	3838/2023	16000100	9.060,00
19.859.630/0001-44	LR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	8317/2022	3972/2023	16000100	9.354,26
26.089.337/0001-00	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA	17048/2023	4092/2023	16000020	2.444,32
28.873.375/0001-85	L. R. COMERCIO DE GAS LTDA	18292/2023	4093/2023	16000100	3.213,36
38.460.625/0001-09	JGM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	17054/2023	4096/2023	16000020	2.396,00
15.375.383/0001-50	R M NOTÁRIO DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS EIRELI - ME	18293/2023	4125/2023	16000100	4.684,40
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4150/2023	16000100	1.562,43
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4151/2023	16000100	2.969,20
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4152/2023	16000100	1.353,92
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	4172/2023	16000100	1.500,00
07.278.947/0001-08	C. R. DO CARMO & CIA LTDA - ME.	20588/2023	4181/2023	16000100	12.587,80
33.454.792/0001-23	WILSON JUNIOR SCHMIDT TEIXEIRA	20591/2023	4182/2023	16000100	2.863,20
42.785.781/0001-17	RODOLFO E SAPPER LTDA	20590/2023	4218/2023	16000100	7.141,95
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4283/2023	16000100	49.500,00
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4284/2023	16000100	41.600,00
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4285/2023	16000100	62.500,00
05.914.650/0001-66	ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA	9644/2023	4286/2023	16000040	3.300,00
21.040.181/0001-50	S. B. SANTOS TURISMO EIRELI	7145/2023	4315/2023	16000100	84.937,50
03.019.611/0001-70	MEDICAL FARM NORTE COMERCIO LTDA	10539/2023	4318/2023	16000100	20.380,60
12.418.191/0001-95	CONQUISTA MEDICAMENTOS	13981/2023	4589/2023	16000100	4.497,00
40.951.414/0001-10	NF FARMACEUTICA E LOGISTICA EIRELI	17059/2023	4590/2023	16000100	40.526,00
38.460.625/0001-09	JGM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	22141/2023	4593/2023	16000100	567,00
09.443.451/0001-78	CLICK PRODUTOS E SERVICOS LTDA - ME	9877/2023	4616/2023	16000100	500,00
12.418.191/0001-95	CONQUISTA MEDICAMENTOS	15392/2023	4622/2023	16000100	21.120,00
08.882.264/0001-28	T R S CENTRO DE DIÁLISE DE CACOAL LTDA.	22159/2023	4658/2023	16000050	52.799,07
14.595.725/0001-84	NOVASUL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	17060/2023	4762/2023	16000100	9.120,00
21.227.039/0001-16	LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO	17056/2023	4763/2023	16000100	1.440,00
02.475.985/0001-37	COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	22226/2023	4764/2023	16000100	1.860,40
02.475.985/0001-37	COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	22226/2023	4765/2023	16000100	2.398,54
10.903.996/0001-07	N. A. DO NASCIMENTO ALMEIDA EPP	17058/2023	4766/2023	16000100	10.275,00
35.250.918/0001-73	L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	17055/2023	4770/2023	16000100	26.830,10
22.827.430/0001-14	LABENDZ E BORGES LTDA	14595/2023	4789/2023	16000100	60.000,00
02.475.985/0001-37	COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	22226/2023	4794/2023	16000100	2.092,00
15.375.383/0001-50	R M NOTÁRIO DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS EIRELI - ME	17047/2023	4797/2023	16000100	2.316,08
28.873.375/0001-85	L. R. COMERCIO DE GAS LTDA	18292/2023	4802/2023	16000100	578,90
28.873.375/0001-85	L. R. COMERCIO DE GAS LTDA	18292/2023	4803/2023	16000100	578,90
33.454.792/0001-23	WILSON JUNIOR SCHMIDT TEIXEIRA	20591/2023	4874/2023	16000100	1.556,80
18.809.041/0001-99	MARCOS CONSULTORIA E SERVICOS IMOBILIARIOS LTDA ME - M	9715/2023	4896/2023	16000100	6.293,73
23.691.855/0001-01	D. B. BOECK - ME	9703/2023	4897/2023	16000100	6.000,00
38.460.625/0001-09	JGM PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	22141/2023	4898/2023	16000100	4.836,00
08.882.264/0001-28	T R S CENTRO DE DIÁLISE DE CACOAL LTDA.	9790/2023	4899/2023	16000100	379.257,26
08.882.264/0001-28	T R S CENTRO DE DIÁLISE DE CACOAL LTDA.	9790/2023	4900/2023	16000030	689.220,92
08.774.906/0001-75	HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA	15396/2023	4902/2023	16000100	22.959,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	4917/2023	16000100	30.000,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	4918/2023	16000100	70.000,00



FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4922/2023	16000100	1.330,70
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4923/2023	16000100	55.176,07
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4924/2023	16000040	14.392,36
05.884.660/0001-04	UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA	4973/2022	4925/2023	16000100	68.904,44
35.472.743/0001-49	HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	15395/2023	4987/2023	16000100	11.779,90
22.680.187/0001-54	NUTRI CARE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	13981/2023	4988/2023	16000100	5.520,00
12.889.035/0001-02	INOVAMED HOSPITALAR LTDA	13981/2023	4989/2023	16000100	2.907,00
40.951.414/0001-10	NF FARMACEUTICA E LOGISTICA EIRELI	13981/2023	4990/2023	16000100	2.162,00
28.387.424/0001-70	M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT	13981/2023	4991/2023	16000100	3.870,00
19.813.206/0001-69	EZEQUIAS MUNIZ LOIOLA EIRELI	17062/2023	4992/2023	16000100	983,84
00.941.837/0001-35	J BASILIO COMERCIO DE GASES EIRELI	19240/2023	5033/2023	16000100	9.296,70
18.235.272/0001-36	M. R. GONCALVES COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	18971/2023	5035/2023	16000100	6.759,66
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	5037/2023	16000100	10.904,49
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	5038/2023	16000100	6.000,00
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5039/2023	16000100	3.775,69
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5045/2023	16000100	7.604,50
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5046/2023	16000100	1.554,12
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5047/2023	16000100	15.969,22
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5048/2023	16000100	33.642,58
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5049/2023	16000100	22.589,76
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	18310/2023	5050/2023	16000100	76.467,41
07.278.947/0001-08	C. R. DO CARMO & CIA LTDA - ME.	10298/2023	5055/2023	16000040	25.000,00
		18970/2023	5056/2023	16000100	11.252,52
		TOTAL ORGÃO:			**2.355.837,96**
		TOTAL GERAL:			**2.355.837,96**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 B

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	1775/2023	26010010	10.294,01
76.535.764/0001-43	OI S A	9878/2023	1780/2023	26010010	2.007,94
76.535.764/0001-43	OI S A	9878/2023	1781/2023	26010060	439,02
47.074.537/0001-60	T T O VIANA LTDA	9950/2023	2284/2023	26010060	40.228,10
45.762.696/0001-21	GOES E CIA LTDA	9950/2023	2285/2023	26010060	58.852,44
05.255.167/0001-17	V. S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA - ME	15574/2023	3432/2023	26010010	13.499,00
44.373.732/0001-00	MR FERREIRA	9950/2023	3738/2023	26010060	12.423,46
15.375.383/0001-50	R M NOTÁRIO DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS EIRELI - ME	17047/2023	3791/2023	26010060	2.855,32
15.375.383/0001-50	R M NOTÁRIO DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS EIRELI - ME	17047/2023	3792/2023	26010060	910,52
02.475.985/0001-37	COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	15634/2023	4300/2023	26010060	14.690,00
48.000.136/0001-28	MR TECH INFORMATICA LTDA	15634/2023	4303/2023	26010060	5.841,00
44.638.307/0001-98	DIB SERVIÇOS MEDICOS LTDA	9950/2023	4596/2023	26010060	5.324,34
43.981.989/0001-74	GUILHERME CARVALHO FERNANDES DE SOUZA LTDA	9950/2023	4599/2023	26010060	30.171,26
46.242.613/0001-36	J F DA SILVA LTDA	9950/2023	4600/2023	26010060	8.873,90
46.662.429/0001-45	MS SERVIÇO DE SAÚDE LTDA	9950/2023	4606/2023	26010060	24.846,92
43.423.571/0001-41	R P ALEXANDRINO LTDA	9950/2023	4607/2023	26010060	23.072,14
46.662.429/0001-45	MS SERVIÇO DE SAÚDE LTDA	9950/2023	4615/2023	26010060	31.945,86
42.650.279/0001-07	LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ME	19836/2023	4621/2023	26010010	20.900,00
41.947.390/0001-99	CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI LTDA	15530/2023	4651/2023	26010010	1.560,00
28.706.488/0001-96	INOVA TECH INFORMATICA LTDA	15530/2023	4652/2023	26010010	1.718,90
48.000.136/0001-28	MR TECH INFORMATICA LTDA	15530/2023	4653/2023	26010010	39.700,00
27.499.665/0001-48	TECHNO SOLUCOES LTDA	15530/2023	4654/2023	26010010	39.893,00
05.255.167/0001-17	V.S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA-ME	15530/2023	4655/2023	26010010	7.285,00
48.000.136/0001-28	MR TECH INFORMATICA LTDA	15656/2023	4752/2023	26010060	8.176,00
24.789.180/0001-09	SMARTMED REPRESENTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ME	15656/2023	4753/2023	26010060	14.400,00
05.207.997/0001-79	NEW COMPANY INFORMATICA LTDA - ME.	15656/2023	4755/2023	26010060	3.368,00
49.059.257/0001-08	J & A COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS MEDICO-H	15571/2023	5086/2023	26010010	1.274,00
42.650.279/0001-07	LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS ME	15571/2023	5087/2023	26010010	9.600,00
05.255.167/0001-17	V.S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA-ME	15571/2023	5088/2023	26010010	12.999,00
12.753.602/0001-07	I M PEREIRA ME	19029/2023	5407/2023	26010010	1.740,00
05.207.997/0001-79	NEW COMPANY INFORMATICA LTDA - ME.	19029/2023	5408/2023	26010010	4.499,00
46.960.146/0001-80	CVL SANTOS LOPES LTDA	19029/2023	5409/2023	26010010	9.600,00
30.029.272/0001-85	G.O.S SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	19029/2023	5410/2023	26010010	319,00
29.552.649/0001-05	ILCARA MARIA DE CASTRO BAILLY LTDA	19029/2023	5411/2023	26010010	5.670,00
84.972.926/0001-39	J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA	19029/2023	5412/2023	26010010	10.360,00
41.947.390/0001-99	CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI LTDA	19584/2023	5452/2023	16010010	22.400,00
48.373.392/0001-60	DK INFORMATICA LTDA	19584/2023	5453/2023	16010010	14.400,00
		TOTAL ORGÃO:			**516.137,13**
		TOTAL GERAL:			**516.137,13**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 A

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
21.971.041/0001-03	KCRS COMERCIO DE EQUIP. EIRELI-EPP	15634/2023	4301/2023	26010060	1.277,00
	TOTAL ORGÃO:				**1.277,00**
	TOTAL GERAL:				**1.277,00**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

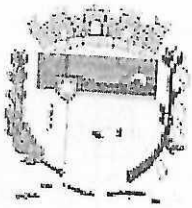
Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 A

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	1340/2023	26210000	986,05
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	1626/2023	26210000	670,00
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	1698/2023	26210000	489,66
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2022	1699/2023	26210000	1.500,00
		TOTAL ORGÃO:			**3.645,71**
		TOTAL GERAL:			**3.645,71**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.



FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023

Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
08.882.264/0001-28	T R S CENTRO DE DIÁLISE DE CACOAL LTDA.	10342/2023	372/2023	16210000	180.000,00
32.257.528/0001-37	MAXXI VEICULOS E IMPLEMENTOS LTDA	21164/2023	4276/2023	26210000	350.000,00
12.246.862/0001-88	SC MEDICAL COMERCIO E SERVICOS LTDA	22172/2023	4637/2023	26210000	205.000,00
49.520.521/0001-69	INTERMED EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR LTDA	22197/2023	5036/2023	26210000	114.000,00
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5040/2023	26210000	16.077,70
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5041/2023	26210000	362,06
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5042/2023	26210000	1.404,70
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5043/2023	26210000	9.023,79
38.317.540/0001-76	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGR	18310/2023	5044/2023	26210000	702,11
		TOTAL ORGÃO:			**876.570,36**
		TOTAL GERAL:			**876.570,36**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
49.422.071/0001-71	BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	20749/2023	4624/2023	16320000	2.019.000,00
	TOTAL ORGÃO:				**2.019.000,00**
	TOTAL GERAL:				**2.019.000,00**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 A

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
03.817.702/0001-50	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	10298/2023	1700/2023	16590000	4.300,00
	TOTAL ORGÃO:				**4.300,00**
	TOTAL GERAL:				**4.300,00**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

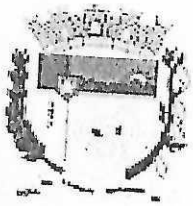
Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023

Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
04.395.067/0001-23	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE	9656/2023	30/2023	16590000	217,34
76.535.764/0001-43	OI S A	9878/2023	1629/2023	26590000	344,36
09.443.451/0001-78	CLICK PRODUTOS E SERVICOS LTDA - ME	9877/2023	1707/2023	16590000	516,75
15.375.383/0001-50	R M NOTÁRIO DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS EIRELI - ME	17047/2023	3790/2023	16590000	238,68
		TOTAL ORGÃO:			**1.317,13**
		TOTAL GERAL:			**1.317,13**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.



FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

ESTADO DE RONDÔNIA

Exercício: 2023

Relação de Saldos Bancários em 31/12/2023

Local	Descrição da Conta	Fonte	Banco	Agência	Conta	Saldo
Conta Movimento						
Fonte de Recurso: 15000200						
5882	BCO BRASIL CTA 16129-2 PM/FMS					
BCO BRASIL CTA 16129-2 PM/FMS	Conta Movimento	15000200	1	1179-7	16129-2	1.815.269,04
	SubTotal Fonte de Recurso:					1.815.269,04
						1.815.269,04
Fonte de Recurso: 16000000						
5917	BCO BRASIL C/38.742-8 CO.FIN.ATENC.BASICA					
BCO BRASIL C/38.742-8 CO.FIN.ATENC.BASICA	Conta Movimento	16000000	1	1179-7	38742-8	30.329,51
6128	CX ECON. FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E S					30.329,51
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	Conta Movimento	16000000	104	1823-6	624019-0	881.220,12
	SubTotal Fonte de Recurso:					881.220,12
						911.549,63
Fonte de Recurso: 16000100						
6098	CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SE					
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	Conta Movimento	16000100	104	1823-6	624019-0	3.540.178,92
	SubTotal Fonte de Recurso:					3.540.178,92
						3.540.178,92
Fonte de Recurso: 16010000						
6099	CX.ECON.FEDERAL C/C 624.020-4 (INVESTIMENTOS DAS AÇÕ					
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.020-4 (INVESTIMENTOS DAS AÇÕES	Conta Movimento	16010000	104	1823-6	624020-4	3.608.642,01
	SubTotal Fonte de Recurso:					3.608.642,01
						3.608.642,01
Fonte de Recurso: 16050000						
6126	CX.ECON.FEDERAL C/C 624.024-7 (FMS PISO ENFERMAGEM)					
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.024-7 (FMS PISO ENFERMAGEM)	Conta Movimento	16050000	104	1823-6	624024-7	515.957,54
	SubTotal Fonte de Recurso:					515.957,54
						515.957,54
Fonte de Recurso: 16210000						
6117	BCO BRASIL C/C 69.389-8 (ESTADO)AQUISIÇÃO MAT. PERMA					
BCO BRASIL C/C 69.389-8 (ESTADO)AQUISIÇÃO MAT. PERMANI	Conta Movimento	16210000	1	1179-7	69389-8	529.080,00
6118	CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SE					529.080,00
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	Conta Movimento	16210000	104	1823-6	624019-0	1.677.578,23
6123	BCO BRASIL C/C 66.483-9 - (ESTADO) UTI NEONATAL - MAC					1.677.578,23
BCO BRASIL C/C 66.483-9 - (ESTADO) UTI NEONATAL - MAC	Conta Movimento	16210000	1	1179-7	66483-9	38.348,66
	SubTotal Fonte de Recurso:					38.348,66
						2.245.006,89
Fonte de Recurso: 16310000						
6076	CX.ECON.FEDERAL C/C 647.130-3 (CONV 800001/2013 CONST.					
CX.ECON.FEDERAL C/C 647.130-3 (CONV 800001/2013 CONST. U	Conta Movimento	16310000	104	1823-6	647130-3	488.592,51
	SubTotal Fonte de Recurso:					488.592,51
						488.592,51
Fonte de Recurso: 16320000						
6087	BCO BRASIL C/C 51.722-4 COFINANCIAMENTO DA AT. BÁSIC					
BCO BRASIL C/C 51.722-4 COFINANCIAMENTO DA AT. BÁSICA	Conta Movimento	16320000	1	1179-7	51722-4	10.275,29
6114	BCO BRASIL C/C 66.483-9 - (ESTADO) UTI NEONATAL - MAC					10.275,29
BCO BRASIL C/C 66.483-9 - (ESTADO) UTI NEONATAL	Conta Movimento	16320000	1	1179-7	66483-9	406.928,12
6127	BCO BRASIL C/ 71.566-2 - FMS INVESTIMENTO					406.928,12
BCO BRASIL C/ 71.566-2 - FMS INVESTIMENTO	Conta Movimento	16320000	1	11179-7	71566-2	2.057.820,96
	SubTotal Fonte de Recurso:					2.057.820,96
						2.475.024,37
Fonte de Recurso: 16590000						
5887	BCO BRASIL C/11671-8 ENDEMIAS					
BCO BRASIL C/11671-8 ENDEMIAS	Conta Movimento	16590000	1	1179-7	11671-8	203.255,40
5901	BCO BRASIL C/32.814-6 PAEMPPAU BAS SAUDE					203.255,40
BCO BRASIL C/32.814-6 PAEMPPAU BAS SAUDE	Conta Movimento	16590000	1	1179-7	32814-6	45.283,28
6120	CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SE					45.283,28
CX.ECON.FEDERAL C/C 624.019-0 (CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	Conta Movimento	16590000	104	1823-6	624019-0	2.000,00
6121	BCO BRASIL CTA 16129-2 PM/FMS - RENDIMENTOS					2.000,00
BCO BRASIL CTA 16129-2 PM/FMS - RENDIMENTOS	Conta Movimento	16590000	1	1179-7	16129-2	42.238,43
	SubTotal Fonte de Recurso:					42.238,43
						292.777,11
	SubTotal Tipo:					**15.892.998,02**
	Saldo Total:					15.892.998,02

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL

Estado de Rondônia

Exercício: 2023

Relação de Restos Pagar Inscritos em no Período de 01/01/2023 a 31/12/2023
Anexo TC-10 B

CNPJ	Credor	N.Proc.	Empenho	Fonte	Vlr Inscrito
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CACOAL					
13 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
34.680.592/0001-51	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI	9158/2022	3411/2023	26030000	14.940,00
	TOTAL ORGÃO:				**14.940,00**
	TOTAL GERAL:				**14.940,00**

DAISY BRUNA FREITAS DE SANTANA
Secretária Municipal de Saúde

LEANDRO BRANDÃO DE MOURA
Contabilidade do F.M.S.

Memorando nº 038/Contadoria/2024

Cacoal, 14 de março de 2024.

Da: Contadoria
Para: SEMUSA
Assunto: Superávit Financeiro

Em atendimento à solicitação efetuada através da gestora do fundo de saúde, e considerando a urgência sobre o prazo na aplicação dos recursos financeiros, informamos que de acordo com análise nos registros e ou peças contábeis, constatamos que o valor informado na fonte 600, no valor de R$ 1.782.148,30 e exclusivo dessa fonte, visto que o valor de R$ 515.957,54 evidenciado no Balanço Patrimonial, na fonte 605 e a parte e é refente ao pagamento do piso da enfermagem.

Atenciosamente,

Leandro Brandão de Moura
Contador